

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA: EDUCAÇÃO, SUJEITOS, TRAMAS E DRAMAS

Paulo Batista Machado *

Suzzana Alice Lima Almeida **

RESUMO ¹

Há hoje uma preocupação acentuada com o aumento da violência na Bahia, o que vem despertando a necessidade de estudos de nível científico que contribuam a um enfrentamento mais justo e eficiente da questão. Tomando-se como lócus de pesquisa a microrregião de Senhor do Bonfim e objetivando-se fazer um estudo piloto que possibilitasse uma aproximação maior com os fenômenos da violência, assim como identificar o papel que a educação formal aparece relacionada a esta temática nos discursos dos sujeitos envolvidos, identificamos, analisamos e interpretamos as Representações Sociais que são enunciadas nas narrativas de grupos sociais específicos. Privilegiamos estratégias metodológicas muito próximas das utilizadas pela etnografia que valoriza a interação sujeito-pesquisador. Visamos contribuir para uma avaliação de planejamentos e ações de enfrentamento da violência, principalmente levando-se em consideração o papel que as práticas educativas diferenciadas podem exercer nesse cenário. A identificação e análise dessas representações sociais nos permitiram conhecer as normas, os estereótipos, pré-juízos e outros que estão à base dos discursos analisados e, assim, desta maneira, se poderá melhor entender e melhorar ações que visem à mudança das práticas de violência. Tentou-se, pois, levantar subsídios que poderão contribuir para novas formas de enfrentamento do problema, tomando-se como referência os contextos de microrregiões.

Palavras-chave: Violência – Microrregião de Senhor do Bonfim – Representações Sociais

ABSTRACT

SOCIAL REPRESENTATIONS UPON VIOLENCE: EDUCATIONS, SUBJECTS, NARRATIVES AND TRAGEDIES

There is today a growing preoccupation with the rising of violence in Bahia, which indicates the need to scientific inquiries which may contribute to counter this phenomenon more efficiently. Using as locus the micro region of Senhor do Bonfim,

* Doutor em Educação, com Pós-Doutorado em Educação. Professor da UNEB – Campus VII. Endereço para correspondência: UNEB – Campus VII, BR 407, s/n – 48970-000 Senhor do Bonfim/BA. E-mail: machado_1345@hotmail.com

** Mestre em Educação. Professora da UNEB – Campus VII. Endereço para correspondência: UNEB – Campus VII, BR 407, s/n – 48970-000 Senhor do Bonfim/BA. E-mail: suzzanaalice@hotmail.com

¹ Este artigo surgiu da investigação desenvolvida pelo Grupo de pesquisa: *Representações Sociais, Memória e Educação Contemporânea*, financiada pela FAPESB, intitulada originalmente de *Violência e Criminalidade na Microrregião de Senhor do Bonfim: mapeamento e estudo das representações sociais*, e realizada entre 2005 e 2007.

we conduct a pilot study trying to understand better phenomenons linked to violence and the role of formal education in the discourses of the subjects of the research through identification, analysis and interpretation of social representations present in the narratives of specific social groups. We used a methodology inspired by ethnographic research. We aimed to contribute to evaluate planning and actions against violence, taking into account especially the role of differentiated educational practices. Identification and analysis of these social representations enabled us to know norms, stereotypes and prejudices which are the base of the analysed discourses. We believe that this way it will be possible to better understand and fight violence. We tried to contribute to new ways of fighting violence within the contexts of the micro regions.

Keywords: Violence – Micro region of Senhor do Bonfim – Social representations

○ cenário da pesquisa

A partir da análise dos dados advindos de fontes diversas que apontam o crescimento da violência em nosso país e da constatação de que essa mesma violência vem se reproduzindo em cidades de médio e pequeno porte de forma preocupante, a exemplo da microrregião de Senhor do Bonfim – Bahia, e entendendo que o aumento do aparato preventivo e repressivo ao crime e à violência não é capaz, por si mesmo, de responder à complexidade deste grave problema social, foi que nos propusemos a fazer um estudo acerca dessa temática, norteados principalmente pela nossa preocupação de não empreendermos um raciocínio simplista acerca da situação, o que nos levaria a estabelecer uma relação mecânica, vinculando pobreza/desigualdade social à violência, já que é consenso entre os estudiosos mais progressistas a afirmação de que a violência e os fenômenos em que ela se desdobra não podem ser abordados, senão a partir das mediações existentes entre as questões sociais, históricas e culturais com os referidos fenômenos e a partir da articulação com as políticas públicas planejadas e operacionalizadas nos espaços macros e micros onde ela se manifesta. Especificando ainda mais o nosso estudo, preocupamo-nos em estabelecer relações entre a manifestação da violência, as representações sociais sobre este fenômeno elaboradas pelos sujeitos que, no cotidiano, interagem com essa realidade, e o espaço que a educação ocupa neste cenário.

Fazendo ainda uma maior aproximação com o nosso objeto, convém conceituar a *violência* com

base em Espinheira (2001), que a vê como “uma forma social de ser, um modo de representação de vontades, de interesses de indivíduos e grupos sociais” (p. 17). Ou, ainda, mais especificamente, como “a utilização da força física ou da coação psíquica e moral por um indivíduo ou grupo, produzindo como resultado destruição, dano, limitação ou negação de qualquer dos direitos estabelecidos das pessoas ou dos grupos vitimados” (ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAUDE, ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAUDE, 1990). Enfim, como afirma Michaud (*apud* WASELFSZ, 2002),

... há violência quando, em uma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais (p. 45)

Assim, nosso objetivo maior foi realizar um estudo de Representações Sociais², entendidas como idéias, crenças, valores e atitudes circulantes, na microrregião de Senhor do Bonfim, que nos permitisse revelar a conexão existente entre as condições sociais das diversas populações municipais, os contextos de violência que os envolvem ou ali são reproduzidos e como a educação formal apa-

² O conceito de Representações Sociais designa, pois, uma forma de conhecimento particular, o “saber do senso comum”. Segundo Moscovici e Hewtone (1984) o senso comum tem um duplo sentido. De um lado, ele se apresenta como um corpo de conhecimentos saídos de tradições partilhadas e alimentadas pela experiência e as interações sociais e, de outro lado, este corpo é atravessado por imagens mentais e elementos de teoria científica transformados para servir à vida cotidiana.

rece em seus discursos associada à violência. Até que ponto o acesso ou distanciamento à educação escolar pode ser vinculado à manifestação de violência? Quais os espaços/tempos dos diferentes sujeitos atores/autores sociais que costumam vincular com mais intensidade os fenômenos da violência com o acesso à educação? Enfim, quais as representações sociais que os diferentes sujeitos têm sobre a violência?

Jodelet (1989) afirma que o conhecimento do senso comum é uma maneira de interpretar, de conceituar a realidade cotidiana. Esse pensamento não se constrói no vazio, enraíza-se nas formas e nas normas da cultura e ganha corpo a partir das trocas cotidianas. Assim, afirma-se que esse conhecimento é construído socialmente. Na sua definição, Jodelet (1984, p. 361) recorda-nos a noção de conhecimento socialmente construído:

O conceito de Representações Sociais (RS) designa uma forma de conhecimento específico, o saber do senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos gerais e funcionais socialmente marcados, ele designa uma forma de pensamento social. Assim, as RS servem para interpretar os fenômenos, bem como para orientar as comunicações e as práticas sociais. A esse respeito, a autora chama também a atenção para a função antecipadora e justificadora destes fenômenos simbólicos.

A partir desses elementos, propomos a seguinte definição: a representação social é a construção social de um saber comum (do senso comum), elaborado pelas e nas interações sociais, através dos valores, das crenças, dos estereótipos etc., compartilhado por um grupo social relativo a diferentes objetos (pessoas, acontecimentos, categorias, objetos do mundo e, no caso que nos preocupa, violência, criminalidade, vítima, agressor etc.) e dando lugar a uma visão comum das coisas.

Os trabalhos sobre representações sociais sofreram várias transformações e é impossível apresentar aqui todos os debates e as revisões que caracterizaram essa evolução. Salientamos que o nosso estudo limitou-se a considerar a representação social como produto. É necessário, além disso, recordar que, com essa concepção das representações sociais como produto de uma atividade mental, encontramos a abordagem centrada nos conteúdos. Nesta perspectiva, nos preocupamos

em destacar como os grupos constroem a realidade, integrando-a ao seu sistema de valores. Assim, analisamos o sentido dos conteúdos observados numa população dada, a população da microrregião de Senhor do Bonfim. Trata-se, por conseguinte, do estudo das normas, das atitudes, dos pré-julgamentos do grupo em relação a um objeto específico: a violência.

Nossa orientação de investigação foi centrada no conteúdo das representações sociais, conforme salientado, privilegiando estratégias metodológicas muito próximas das utilizadas pela etnografia que valoriza a interação sujeito-pesquisador, a subjetividade do um e do outro e a consideração do contexto. Por isso, as entrevistas livres ou semi-estruturadas, a “enquete” no terreno e a análise qualitativa ocuparam um lugar central. Partindo-se do princípio de que os sujeitos da pesquisa são aqueles que detêm as informações de que precisamos para atingir os objetivos propostos, elegemos como sujeitos do nosso estudo três grupos ou categorias de pessoas: o primeiro foi o grupo dos profissionais que atuam diretamente e oficialmente no enfrentamento da violência – juízes, promotores, delegados e policiais militares – e representam o que chamamos de a *face institucional* das ações de combate à violência; o segundo grupo foi o de pessoas que chamamos de “mediadores” ou *intermediários* – advogados, líderes de associações de bairro, agentes comunitários, coordenadores ou diretores de entidades do terceiro setor, e religiosos – já que se posicionam como sujeitos encarregados de refletir e de intervir a partir da interação entre “grupo institucional ou oficial” com os “autores da violência e presos”; o terceiro grupo foi o dos que cometem a violência e, por isso, perdem o direito à liberdade: *os presos*.

Apresentamos, então, os resultados da investigação, por categorias, salientando que à medida que lidávamos com os dados coletados através de entrevistas, confirmávamos que nos encontrávamos diante de três discursos com Representações Sociais sobre a violência, na maioria das vezes distintas, com algumas aproximações apenas nos grupos que chamamos de *institucional e intermediário*, embora os distanciamentos se manifestassem de forma geral quando, em suas narrativas, incluíam o papel da educação formal no cenário.

1. As Representações Sociais sobre violência dos sujeitos que integram o quadro institucional de enfrentamento da violência e o papel da educação, ou: do caos à ordem

Nessa categoria, foram entrevistados ao todo 18 sujeitos, sendo 03 juizes, 04 promotores, 07 delegados e 04 policiais militares. A natureza da abordagem nos permitiu identificar esse grupo como sendo um grupo formado por pessoas que exercem a sua profissão e cargos enquanto porta vozes do Estado e da Lei, o que nos sugeriu a construção de representações sociais específicas e decorrentes desse pertencimento.

Parece-nos importante ressaltar, inicialmente, que os sujeitos que compõem esse grupo, ao representarem socialmente a violência, associam fortemente essa realidade à condição social dos sujeitos que a praticam. Palavras como *pobres, negros, desempregados, famílias sem acesso à educação formal* integram os seus discursos. Esta constatação aparece principalmente quando estes sujeitos são convidados a apresentar os autores da violência. Sobre isso, lembramos as compreensões circulantes que tendem em associar a pobreza a atos violentos, retirando a violência do contexto mais amplo onde são produzidas as suas causas e, por isso mesmo, essas representações sociais tendem a produzir mais exclusão e estigmas sobre grupos que já são historicamente marginalizados. Um olhar mais atento sobre essa situação tende a derrubar vários mitos ainda correntes, que já fazem parte daquelas “verdades” que, de tão “sabidas”, nem mais são discutidas.

Um estudo desenvolvido por Zaluar et al. (1994) acerca das estatísticas de mortalidade no Brasil, conclui pela inexistência de qualquer associação entre as taxas de mortalidade por homicídios e a pobreza. Dizem os autores:

Junto à média nacional de mortes violentas ficaram Santa Catarina, Alagoas, Paraná e Acre, dois estados da rica Região Sul de onde partiram muitos migrantes com destino às Regiões Centro-Oeste e Norte, bem como um estado da pobre Região Nordeste, injustamente famoso pela violência que nele existiu no passado. Bem abaixo das médias nacionais, para abalar as convicções dos dogmáticos,

estão os Estados mais pobres do país: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pará, Paraíba e Bahia. O gráfico dos Estados modifica-se quando se excluem os acidentes e os suicídios. (p. 3)

Esta realidade e o fortalecimento dos estereótipos, entre quem pratica o crime e quem é a vítima, advêm também do maniqueísmo propagado pela mídia, que faz uma associação da pobreza à violência. Existiria, segundo a mídia, um grupo social violento (pobres) e outro que teria que se defender (ricos). Percebe-se que este conteúdo reducionista aparece associado também às representações sociais de violência, nos discursos dos sujeitos representantes das instituições formais que lidam diretamente com a violência e a criminalidade. Eis as falas de alguns sujeitos entrevistados nesse grupo:

Olha, na verdade, os atores mais implicados, nós temos observado que é sempre aquele, vou usar um jargão: preto, minto, negro, a gente não pode mais usar preto, os negros, aqueles socialmente pobres e normalmente aqueles sem alfabetização. Se a gente for fazer um relato, por exemplo, desses (...) anos que estou aqui, eu nunca tive ninguém rico preso, nem cometendo um crime desse tipo de violência assim de exacerbar, de chamar atenção. Você tem pessoas de classe abastada, mas você não vê esse tipo de crime. (Juiz 1)

Geralmente o perfil dessas pessoas, são pessoas que não tiveram instrução adequada, não tiveram acesso à educação completa e muitas vezes por não ter opção, optam pelo caminho da marginalidade (...). (Promotor 1)

Um elemento relevante para ser refletido neste trabalho conforme o nosso objetivo proposto, além de tantos outros que a investigação nos possibilitou, é a atribuição à educação formal – a escola – com o papel “salvacionista” e redentor dos processos de crescimento ou manifestação da violência. A idéia de que “Abrir uma escola é fechar uma prisão”, segundo Victor Hugo (CHESNAIS, 1999, p. 4), aparece de maneira acentuada nos seus discursos. Essa realidade retira também o olhar da complexidade do fenômeno da violência, na medida em que reduz a sua prevenção ao papel da comunidade escolar, conforme discursos conservadores na compreensão do papel da escola.

Conforme aponta Ariès (1981, p. 185), na França, a criança bem educada:

... seria o pequeno burguês. Na Inglaterra, ela se tornaria o *gentleman*, tipo social desconhecido antes do século XIX, e que seria criado por uma aristocracia ameaçada graças às *public schools*, como uma defesa contra o avanço democrático. Os hábitos das classes dirigentes do século XIX foram impostos às crianças de início recalcitrantes por precursores que os pensavam como conceitos, mas ainda não os vivia concretamente. Esses hábitos no princípio foram hábitos infantis, os hábitos das crianças bem educadas, antes de se tornarem os hábitos da elite do século XIX, e, pouco a pouco, do homem moderno, qualquer que seja sua condição social.

Assim como na época pós-medieval, parecemos que o espaço dos “fora da lei” é aquele reservado para quem não está na escola e a representação institucional da ordem passa, sobretudo, pela condição de se formar os “bem educados”, ordeiros e não violentos a partir do papel domesticador e disciplinador que a escola deverá ter como missão, tomando-se como referência os valores sociais hegemônicos na sociedade.

Salientamos que qualquer processo de intervenção deve abranger questões macro-estruturais, conjunturais, culturais, relacionais e subjetivas, bem como focalizar a especificidade dos problemas, dos fatores de risco e das possibilidades de mudança, e não atribuir responsabilidades somente para uma instituição em que já pesam desafios urgentes e emergentes em decorrência do atual modelo de sociedade e do seu dinamismo de símbolos que a escola precisa acompanhar.

Mas, apesar desta evidência, há também a compreensão do simplismo que atravessa esta associação entre os sujeitos “institucionalizados”; um policial militar salientou na sua fala que “*de uma forma geral, os órgãos de segurança no Brasil, eles associam a marginalidade às classes mais desfavorecidas da população*” (Policial Militar 4).

Parece-nos importante salientar que essas representações vêm associadas a discursos aparentemente mais progressistas, ancoradas nos pressupostos dos estudos da sociologia, antropologia, política, história e da psicologia social. Em um primeiro olhar, menos atento, podemos perceber alusões aos promotores da violência como vítimas de um modelo de sociedade em que a matriz soci-

oeconômica não dá oportunidade para todos; abordam também a questão cultural e apresentam os agressores como “vítimas desta sociedade”. Somente percebemos os estereótipos circulantes incorporados nas suas representações sociais, quando exercitamos as reflexões, contextualizando os sentidos e significados da violência atribuídos por esses sujeitos, principalmente quando apresentam os *autores da violência* e, por isto mesmo, entendemos os elementos presentes nas representações sociais identificados como ilustradores também de modelos de violência simbólica, mas que são naturalizados no convívio social e, portanto, divulgados e repetidos.

Zaluar (1999, *apud* SANTOS et al., 1998), baseando-se nas idéias de Foucault e Bourdieu, afirma:

Podemos, deste modo, considerar a violência como um dispositivo de excesso de poder, uma prática disciplinar que produz um dano social, atuando em um diagrama espaço-temporal, a qual se instaura com uma justificativa racional, desde a prescrição de estigmas até a exclusão, efetiva ou simbólica. Esta relação de excesso de poder configura, entretanto, uma relação social inegociável porque atinge, no limite, a condição de sobrevivência, material ou simbólica, daqueles que são atingidos pelo agente da violência. (p.38)

Outro elemento que aparece forte nas representações sociais de violência desse grupo é a compreensão de que a violência é “inerente à natureza humana”. Transita em muitos momentos em seus discursos a referência de uma idéia de violência que é determinada pela própria condição humana, naturalmente violenta e, por isto mesmo, a violência “nunca vai acabar”. A relação da violência como um fenômeno histórico-social, construído em sociedade e que, portanto, pode ser desconstruída passa despercebida.

Sobre isto afirma Minayo (1999):

Estudos de Chesnais (1981) e Burke (1995) reafirmam a idéia de que não se pode estudar a violência fora da sociedade que a produziu, porque ela se nutre de fatos políticos, econômicos e culturais traduzidos nas relações cotidianas que, por serem construídos por determinada sociedade, e sob determinadas circunstâncias, podem ser por ela desconstruídos e superados. Da mesma forma tra-

balham com a idéia da inteligibilidade do fenômeno, tratando-o de forma complexa, histórica, empírica e específica, porque, na verdade, a violência não é um ente abstrato. Quando analisada nas suas expressões concretas permite ser assumida como objeto de reflexão e superação. E, por fim, na medida em que a definem como “*uma relação humana*”, compreendem-na também como um comportamento aprendido e culturalizado que passa a fazer parte dos padrões intrapsíquicos, dando a falsa impressão de ser parte da natureza biológica dos seres humanos. (p. 5)

Nessa perspectiva, acentuamos o elemento contraditório presente nos seus discursos. Ora, se por um lado a escola aparece com o papel de re-dentora e promotora da resolução dos problemas dos atos violentos praticados pelos “sujeitos violentos”, há aqui a apresentação de modelos de subjetividades estáticos, inertes, condenados a praticar a violência desde o seu nascimento, onde, nesta perspectiva, o fatalismo da violência é fato dado, inevitável e, portanto, a escola salvacionista desaparece e esvazia a sua importância nesse cenário.

Outra representação social da violência que aparece nos discursos dos sujeitos entrevistados, principalmente quando são convidados a falar sobre as consequências da violência, é a palavra *medo*. Algumas falas salientam a *sensação de insegurança* e o *sentimento de impotência* diante do quadro de violência que se apresenta no meio social.

Sobre este aspecto, Njaine et al. (1999) salientam o papel unilateral dos meios de comunicação no trato com a disseminação do medo para tratar dos fenômenos da violência:

Desse modo, a televisão e demais meios de comunicação são instrumentos, dispositivos culturais e sociais. Quando nesses meios circulam informações sobre o tema violência, é de forma banalizada, gerando muitas vezes um clima de pânico e medo na sociedade. Assim, socializa-se um modo de ver e de interpretar o fenômeno, que distorce a realidade, hipertrofia os fatos através da espetacularização da notícia e da estética das imagens, desvia o foco da atenção para o perigo imaginário que se restringe e localiza em certos tipos de sujeitos e nas camadas e espaços sociais menos favorecidos. Ao gerar informações sobre violência, a mídia reproduz, de certo modo, o processo de transmissão dessas informa-

ções efetuado pelos órgãos oficiais do governo, onde o sentido dos diversos tipos de violência que ocorrem na sociedade e, principalmente da violência estrutural, é desfeito ou desrealizado, conforme trata Sodré (p. 192).

Dessa forma, percebe-se que o grupo social mais vitimizado, “apavorante” ou o “marginal” é aquele socialmente excluído da festa do consumo, desprovido dos símbolos que caracterizam o “cidadão de bem”, revestido pelos signos da pobreza, como ser jovem, negro e morar em morro ou periferia da cidade, sendo identificado como bandido e, ainda, fora da escola. O fato de ser jovem ou adulto, do sexo masculino também representa risco para esse grupo social. Não nos parece estranho relacionar os altos índices de analfabetismo no país que atingem principalmente jovens e adultos da nossa sociedade, devido principalmente às histórias de negação de direitos e de exclusão, sobretudo para homens e mulheres trabalhadores que não tiveram acesso à educação formal, conforme nos apontam várias e diversas fontes da nossa literatura.

Essas representações sociais também aparecem nos discursos dos *intermediários* (sociedade civil), embora com diferença no seu conteúdo, conforme acentuaremos mais adiante.

Outros elementos importantes foram acentuados nesta categoria, mas, por ora, pareceu-nos urgente elucidar estes aspectos abordados, já que consideramos a emergente necessidade de enfraquecermos mitos e estereótipos, que mais ajudam a reproduzir e a reforçar a violência no nosso meio do que enfrentá-la e combatê-la.

Apresentaremos agora algumas características das representações sociais identificadas a partir do discurso dos *intermediários* (sociedade civil), ao tempo em que procuraremos dialogar com os resultados aqui apresentados, à luz da teoria que nos deu suporte nos estudos sobre a temática pesquisada.

2. As Representações Sociais da sociedade organizada e/ou intermediários sobre a violência e o papel da educação: a conscientização

Para os intermediários, os atores da violência são mais associados aos jovens e/ou adolescentes, desempregados, policiais militares, familiares

(independente de classe social), pessoas que não possuem qualificação profissional e homens machistas.

Percebemos claramente que há uma mudança significativa no *foco* ou na compreensão em relação ao que dizem os sujeitos *institucionais* acerca de quem são os autores da violência – apesar de termos constatado também aproximações nos discursos quanto às adjetivações dadas aos “sujeitos violentos”. Assim, aparecem também palavras como *marginais, bandidos, meliantes, delinquentes e criminosos* nos seus discursos. Isto implica diretamente na dimensão valorativa apreendida no meio social que orienta a formação das representações sociais e, conseqüentemente, a conduta desses sujeitos para lidar com o tema; este é um pressuposto básico para estudarmos e entendermos o nosso objeto de estudo.

Há nesta categoria uma relação também expressa da violência ao papel da educação, embora a dimensão valorativa dessa relação seja ampliada e mais voltada para uma educação que extrapola o espaço escolar e que acontece na totalidade das situações em que essa experiência é vivida. Saliente-se que o fundamental dessa experiência constitutiva do ser cultural do homem se situa no plano das relações sociais em que ele está envolvido ao longo da sua vida.

Nesse sentido, um fato que nos parece relevante evidenciar aqui, é a alusão aos policiais militares como autores também da violência e o papel (de)formativo que experiências “deseducativas” são capazes de provocar. Eis a fala de um líder comunitário:

A meu ver, o sistema penal, o sistema punitivo adotado socialmente hoje, ele é um grande responsável por retroalimentar a violência. O sistema montado... A idéia de punição que se tem hoje, ao contrario de resolver a situação de violência, ela vem alimentando a construção da violência. O sistema penal, ele vem apenas reafirmar as estruturas sociais, que gente tem de desigualdade social, de racismo... Basta a gente olhar para quem está hoje dentro das cadeias: preto, pobre, prostituta, favelado... São estas as pessoas que estão na cadeia. Isto demonstra como nossa sociedade vê a violência. Ao meu ver, muitas vezes estas pessoas são as vítimas e, na verdade, o sistema interpreta e exclui. Escolheu-se excluir: pretos, pobres, prosti-

*tutas e favelados. Estas pessoas não são dignas de viver conosco, então, a gente tranca elas na cadeia, a gente exclui, tira do nosso campo de vista. Eu acho, a meu ver, que este é o grande problema. E ao levar à cadeia, a gente retroalimenta. Os presídios, as cadeias, elas são **universidades do crime**. Ao invés de construir algo melhor, elas destroem a dignidade humana, degeneram o ser humano, quando estas pessoas retornam ao convívio social... Enfim. Então, acaba..., **não são reeducadas** (Líder comunitário 8 – grifos nossos)*

Constatamos nesse discurso uma alusão a um espaço formal de educação específico, a universidade; território mitificado em nossa sociedade exatamente pelo papel que tem de produzir e referenciar o conhecimento cuja credibilidade legítima e organiza muitas práticas sociais, ou seja, um espaço educativo com poder e de poder, é associada ao potencial que os presídios têm de produzir mais violência.

Segundo Pino (2007):

É a consciência da necessidade de estabelecer e de viver essas relações que constitui a razão de base da não-violência. Educar para a “não violência” é, portanto, ajudar as novas gerações a encontrarem as razões suficientes para não optar pela violência que ameaça inviabilizar essas relações. A questão então é saber quais são essas razões e qual é seu poder de persuasão para evitar a violência (p. 780).

Segundo Zaluar (1999), estas compreensões críticas em torno do papel da polícia e os dispositivos de poder surgiram em decorrência da influência e apreensão, na sociedade brasileira, do pensamento de Marx e Foucault, quando veio à tona a crítica feita aos “crimes do capital e aos dispositivos de violência do Estado”. Afirmar a autora: “(...) a combinação Marx/ Foucault teve, sem dúvida, eficácia explicativa naqueles mecanismos do poder estatal e poder disciplinar mais evidentes: a polícia e a prisão (...)” (p.4).

Percebemos também nessa categoria dos *intermediários* que os sujeitos, ao representarem socialmente a violência, salientam um distanciamento à associação com a pobreza, diferente das representações elucidadas pelos *institucionais*, embora haja referência a questões sociais perpassando as manifestações de violência. Além disto, os adolescentes e jovens são apontados como auto-

res principais e há uma referência forte à violência contra a mulher em decorrência das questões de gênero que perpassa a cultura nacional, baseada em uma sociedade patriarcal. Assim, percebemos uma forte tendência, nos discursos desses sujeitos, com preocupações mais atreladas às questões humanas/ interpessoais, sociais e culturais que nos apontam para a particularidade e histórias de vida específicas que os fazem atribuir sentidos aos fenômenos da violência e relacioná-la ao papel da educação. Suas vivências e experiências sugerem, inclusive, que os órgãos governamentais responsáveis pouco sabem sobre essa outra realidade com que eles/elas lidam e convivem.

Hirsch (1973, *apud* MINAYO, 1999) afirma, sobre isto:

Os conflitos interpessoais registrados pela polícia não refletem o verdadeiro nível de ocorrência deste evento entre a população, tendo em vista que a maioria deles sequer chega ao conhecimento desta instituição. Boa parte dos seus protagonistas são conhecidos, vizinhos ou parentes das vítimas. Seus motivos demonstram claramente o elevado nível de violência que perpassa as relações entre os seres humanos, o baixo limiar de tolerância ao outro, a ausência de diálogo na resolução dos problemas, a desvalorização da vida, enfim, o elevado nível de estresse nas relações interpessoais. (p. 8)

O Agente Social inclui em seu discurso o papel da educação, associado ao papel da família como centralidade das políticas públicas para o combate à violência e traz elementos com carga emocional forte para falar da violência:

... é, é, é... A gente fechar porta, porque antigamente, que a gente percebia que as pessoas ficavam sentadas nas suas calçadas, as pessoas se relacionavam mais, as pessoas se amavam mais. E hoje elas sentem medo uma das outras. A gente sente muito medo. A gente, que trabalha diretamente com a família, porque o foco da assistência, da educação, de todas as políticas hoje é..., é a família. A centralidade de tudo que há tem que ser na família. A gente percebe que esta violência tem destruído a família, tem destruído as amizades, tem destruído a..., a..., uma atividade comunitária. As pessoas estão ficando muito individualistas. O pior que a violência tinha..., está fazendo a gente "se trancar." (Agente social 2)

É importante que se diga que este quadro de violência não pode ser compreendido integralmente, sem que se lance mão de determinados termos e conceitos como desigualdade, injustiça, corrupção, impunidade, deterioração institucional, violação dos direitos humanos, banalização e pouca valorização da vida e o papel da educação nesse cenário, conforme acentuam os discursos dos *intermediários*.

Outros mais poderiam ser listados, entretanto, mais do que fazer um "inventário" da ampla gama de fatores que configuram o quadro de violência social que hoje se enfrenta neste país, é importante lembrar as palavras de Arendt (1994). Para essa autora, a resposta para a violência destrutiva do poder está na severa frustração de agir no mundo contemporâneo, cujas raízes estão na burocratização da vida pública, na vulnerabilidade dos grandes sistemas e na monopolização do poder, que seca as autênticas fontes criativas. O decréscimo do poder pela carência da capacidade de agir em conjunto (por meio de democracias realmente participativas) é um convite à violência. Assim, "a violência, sendo instrumental por natureza, é racional. Ela não promove causas, nem a história, nem a revolução, nem o progresso, nem o retrocesso; mas pode servir para dramatizar queixas e trazê-las à atenção pública" (ARENDR, 1994, p. 37).

Outro Agente Social, falando sobre a importância dos conselhos, faz a relação do papel da educação formal, a escola, para lidar com os problemas da violência.

*Os conselhos têm o papel fundamental porque é através dos conselhos onde se criam políticas públicas, então políticas públicas na educação podem ser formuladas no sentido de que os professores passam conhecimentos dos fenômenos, possam ter reconhecimento dos indicadores de violência possam trabalhar essa questão da **violência na sala de aula**, possam compreender e possam inclusive identificar e estar encaminhando pra rede essa questão da violência e a prevenção como um todo, então a mesma coisa é o conselho da saúde formular políticas públicas voltadas pra saúde no sentido de bom atendimento, um atendimento humanizado daquela criança vítima de violência. (Agente Social 4)*

Isto nos faz retomar ao que afirma Pino (2007):

Pode-se dizer então que, se a escola, como outras instituições sociais, muito pode fazer para incentivar a compreensão por parte dos alunos dos valores realmente humanos, livres de qualquer afetação moralista, capazes de fornecer razões para não optar pelo uso da violência no intuito de viver uma sociabilidade humana, ela tem também que repensar sua função numa sociedade em constante mudança (p.782)

Percebemos ainda que, associada à violência, nas narrativas dos intermediários, aparece também a palavra *medo*, no mesmo sentido que os sujeitos institucionalizados atribuíram nos seus discursos apresentados. O medo paralisador, que traz consigo o sentimento de impotência e novas formas de individualismo vivenciadas a partir do isolamento que “*destroi a atividade comunitária*” (Agente social 2).

Isto nos faz lembrar que a violência afeta de modo indistinto o cotidiano e a vida da sociedade, e o medo, que é produzido e construído através das múltiplas formas de manifestação da violência, altera drasticamente as relações entre as pessoas, normas e padrões de educação e, portanto, introduz um novo padrão de segregação urbana e de modelos de organização escolar. É o que Bauman (1998) afirma que será chamado de a “Era da Insegurança”. Ou seja, quanto maior a ênfase na segurança de um mundo dividido entre nós e os outros, maior a sensação de risco. Segundo esse autor, “a utopia de uma comunidade segura tem [hoje] um alto custo. E ele é pago pela sociedade com o redirecionamento dos investimentos em educação, saúde, trabalho e previdência social para armas e presídios”. (p.48)

Não é incomum vermos os muros das escolas sendo aumentados, as janelas gradeadas e os cadeados intensificados, que nos lembram os sistemas prisionais, conforme já nos apontava Foucault (2004). Essa sensação de pavor “*destrói a atividade comunitária*”, conforme nos aponta o Agente Social 2, e retira da escola o seu potencial inalienável de ser promotora da socialização e, portanto, de garantir experiências formativas a partir dos interesses coletivos que extrapolam os seus muros.

Ferraz (2000, p. 15) acentua que:

A compra de proteção tem significado investir numa “sensação”- com muita proteção e possivelmente

nenhuma segurança de fato, na medida em que as políticas públicas são voltadas apenas para “conseqüências”, são repressivas contra a população pobre e miserável, e suprimem as questões fundantes do crescimento dessa violência como a exacerbada concentração da renda que abandona mais de 50 milhões de brasileiros abaixo da linha de pobreza. Porque, em primeiro lugar, é a riqueza crescente, e não a pobreza, que sustenta o crescimento da violência.

Assim, ressaltamos o problema que se amplia nesses modelos que ilustram uma suposta proteção: a ampliação da segregação entre os que estão de “dentro” e os que estão “de fora” dos muros e grades.

Há ainda mais visibilidade da diferença no enfoque e conteúdo das representações sociais sobre violência nesses dois primeiros grupos analisados (institucionais e intermediários), principalmente quando são convidados para elencar as propostas para *o enfrentamento da violência*. A educação aparece com papéis diferentes, em espaços diferentes, sobretudo no enfoque conceitual ou, mais precisamente, no que diz respeito à concepção de educação que ilustra as suas representações sociais.

Para o primeiro grupo, as soluções aparecem atreladas basicamente a compromissos com a demanda de ordem, o temor da não unidade, a idéia recorrente da totalidade ou do consenso, o ideal da ordem e do equilíbrio e o papel da escola salvacionista, ou seja, soluções atreladas a abordagens que se aproximam dos ideais de organização social bem próprios das estruturas mais conservadoras/positivistas do nosso país. Esta situação nos faz lembrar Zaluar (1999, p.11), quando afirma que “a reflexão sobre o que é violência e os seus múltiplos planos e significados, depende do agente e da ótica adotada, o que redundará quase sempre em apontar os males a serem combatidos, tendo em vista a conotação negativa que a palavra carrega.”

Para o segundo grupo – a sociedade civil ou os *intermediários* – apareceram sugestões de enfrentamento embasadas em formas alternativas, preventivas ou democráticas de lidar com a questão do crime. Em outras palavras, o movimento nessa direção, dependeria de um processo de educação permanente para as novas formas de viver, de pres-

tar contas, de construir formas democráticas e participativas de controle, de exigir a segurança como um bem coletivo ou público.

Passaremos agora à integração e análise dos resultados, incorporando a categoria que denominamos como *O discurso dos presos*. Neste segmento faremos uma apresentação dos elementos que ilustram as representações sociais sobre violência e o papel da educação, conforme aparecem nas suas narrativas, identificadas a partir das entrevistas e dos mapas mentais aplicadas com os sujeitos (re)conhecidos como “promotores” da violência. Acentuamos que essa condição é legitimada e legalizada pela própria situação de vida no “cárcere”, cujo modelo caracteriza a punição imediata para os autores da violência de acordo com a nossa estrutura e organização social.

3. As Representações Sociais dos presos e o papel da educação, ou: “a cadeia é uma escola, só não aprende quem não quer”

É basicamente neste sentido que os sujeitos sob custódia apresentam a experiência vivida no cárcere. A cadeia passa, neste sentido, a ocupar o lugar da educação formal que muitos deles não tiveram assegurada ao longo da vida. Há uma lacuna inquietante nos seus discursos em relação ao espaço da educação relacionado com a violência, diferentemente do que acontece com o discurso dos outros sujeitos da nossa pesquisa, apresentado nas categorias anteriores. Assim, procuramos, neste segmento, elucidar as representações sociais de violência a partir da perspectiva de quem está “do lado de dentro das grades”, cujo território delimita saberes e compreensões de realidade que estão alheios à perspectiva de quem vê e significa a violência estando do “lado de fora”.

Entendemos que as duas categorias anteriores (institucionais e sociedade civil) possuem características próprias na formação das suas representações sociais sobre a violência e o lugar da educação nessa realidade, já que no espaço/tempo ampliado desses grupos há similaridades e diferenças que se cruzam e definem as suas formas de representar. Abordaremos agora outro espaço/tem-

po, limitado, que define as compreensões de realidade/violência elaboradas pelos sujeitos que nele habitam: a prisão! Lugar mistificado, tempo “retardado”, lugar assombrado, tempo paralisado: o “não lugar” para quem está de fora, portanto reduzido dos antecipadamente condenados a serem também os “não sujeitos” ou “não gente”. Apresentamos, então, uma reflexão sobre o lugar reservado e significado por aqueles que cometem crimes, transgridem leis, ultrapassam limites, rompem, pelos atos, um suposto pacto social

O estudo das representações sociais dos sujeitos/presos sobre a violência surge em meio a sua própria situação de passar pela *privação da liberdade*; essa condição aparece como referencial nos sentidos e significados elaborados por pessoas que até pouco tempo estavam usufruindo da companhia da família e de amigos ou, até, desempenhando seu trabalho, que têm histórias de vida. Isto nos mostrou que ter que se adaptar a uma forma diferente de vida, permanecer em um lugar isolado do mundo externo, necessitando conviver com pessoas de níveis diferentes, torna-se uma situação muitas vezes difícil de ser suportada. Convém buscarmos inicialmente, em Tavares (2004, p. 4), reflexões que apontam a situação dos presos e do encarceramento no país:

Quando ele se torna um presidiário típico (caso não tenha se tornado antes um típico jovem infrator assassinado – uma exclusão literal), as condições excludentes continuam intactas na organização social e se fazem presentes, também, ainda que de outras formas, nas relações sociais travadas na instituição do encarceramento. Quando ele cumpre sua pena e se torna um ex-presidiário típico, a sociedade à qual ele deverá retornar ainda mantém suas condições excludentes intactas. O que estamos querendo dizer é que a prisão, nas condições socioeconômicas ou prisionais brasileiras, até pode mudar alguma coisa no indivíduo que nela vive, mas não altera a perspectiva com a qual o detento convive, a de que as condições sociais do seu passado estarão novamente presentes no seu futuro.

Nesse contexto, um aspecto importante, que aparece nas representações sociais dos presos, é referente à relação estabelecida com a polícia nos seus significados produzidos sobre a violência dentro do cárcere. Percebemos que há situações dú-

bias que atravessam os seus discursos: em alguns momentos há um reconhecimento dócil e obediente ao trabalho dos policiais: “*Fazem seu trabalho*”; ou até mesmo com olhar normalizador para as práticas de castigos que são também elucidados: “*A Polícia aqui, eles fazem de uma maneira, eles trabalham certo, eles só agem de uma maneira nas pessoas que estão abusando dos poderes deles, é o trabalho deles, polícia, batem nos que provocam.*” Conforme já apontamos, esses dois depoimentos – similares em três dos entrevistados – reforçam o discurso foucaultiano de que a vigilância, o controle e a punição passam a ser vistos como algo normal e resultante de processos disciplinares necessários.

Além disto, essa realidade nos remete a Cer-teau (1996), quando se refere ao espaço como “um lugar praticado”. Diz o autor: “existem tantos espaços quantas experiências espaciais distintas (...) por operações que, atribuídas a uma pedra, uma árvore ou a um ser humano, especificam ‘espaços’ pelas ações dos sujeitos históricos” (p.202). Entendemos, pois, que o espaço da cadeia, a partir das vivências cotidianas dos presos, é entendido como um espaço de ensino aprendizagem, tal qual acontece nas instituições formais de educação que trazem consigo os ranços do papel e dos modelos disciplinadores no cerne da sua fundação; ou seja, o “espaço transformado em lugar”, conforme expressão do mesmo autor.

Castro (1991, p. 57). também demonstra como a violência perpassa as relações no interior das penitenciárias:

Menos conhecidas são as formas sutis de violência, constitutivas mesmo da rede de relações sociais que atravessa sujeitos posicionados de modo diferente na estrutura social da prisão. (...) Referem-se a mecanismos, estratégias, táticas, tanto de controle da massa carcerária por parte da equipe dirigente, quanto de construção de experiência: a de dominação e sujeição daqueles que vivem sob tutela e abrigo da prisão. (...) aqueles (mecanismos, estratégias, táticas) estão profusamente presentes no interior do universo simbólico, compartilhado de modo ambivalente por dirigentes e seus subordinados.

Em outros momentos, os presos, ao se referirem à polícia, evidenciam críticas à atuação pela falta de cuidado e pelo uso da violência. Ao todo,

cinco presos salientaram esta situação. Além disto, dos oitos presos entrevistados, somente um disse confiar na justiça. A afirmação “*A maior justiça é a de lá de cima...*” (Preso 6), proferida por um dos presos e que aparece também nas falas de outros detentos, sugere a compreensão de que aqui, na terra, não há perspectiva de resolução dos problemas de forma justa para todos. Afirma outro preso:

... a justiça humana pra mim é isso que eles estão fazendo com a gente, eu não confio nela, e não confio nos homens quando estão dirigindo o processo, encaminhar para fazer alguma coisa por mim. Primeiramente a gente confia em Deus; na Justiça dos homens, o senhor sabe como é...” (Preso 8).

Sobre isto, Tavares (2004, p. 10) também acentua:

A idéia de preso reproduzida pela mídia e pelo senso comum não comporta o sistema prisional previsto pela lei, haja vista o estudo realizado por Caldeira (1991), em São Paulo, que demonstra a vinculação da noção de direitos humanos a “regalias para bandidos”, encerrando uma opinião pública contrária aos direitos humanos. Além disso, pode-se acrescentar que, num país em que há uma alta taxa de exploração, é necessário que a situação da prisão seja muito pior que a situação dos simples desfavorecidos, isto é, “é preciso que a prisão seja terrível para que ninguém queira ir para lá” (PINHEIRO, 1985, p. 67). Se a opinião pública é contrária a “benefícios” para presos, não se poderia esperar que passasse pelo interesse dos agentes políticos governamentais implantar o sistema previsto pela lei, cujo custo é elevadíssimo. Desse modo, é politicamente improvável a mudança na instituição penal, a não ser que se transforme toda uma forma de pensar o condenado e a pena, assim como as relações sociais e o crime.

Desta forma, ressaltamos que as organizações de práticas de aprendizagens específicas que são formadas no interior das prisões se apresentam como operações concretas de sobrevivência nessa suposta escola da vida, conforme indicações apresentadas a partir das narrações sobre o cotidiano, apresentadas pelos presos.

Outro elemento importante que veio à tona quando nos aproximamos mais dos presos, foi a constatação de que esses sujeitos não são “criminosos terríveis”; mas não são também *inocentes*;

são, sobretudo, pessoas, com toda a complexidade envolvida: dinâmica psíquica, social, com vida pessoal e familiar, com expectativas de vida e, geralmente, com histórias de sofrimento, carências e exclusão.

Acreditamos que uma barreira é formada devido ao “não lugar” que ocupam e isto geralmente nos impede de ver a pessoa que ali está, o que ocorreu com ela, com sua vida pessoal e também em que condições concretas os presos podem viver. Nos mapas mentais analisados dos presos, os sentidos e significados atribuídos à prisão, aparecem, na maioria das vezes, palavras como: *família, liberdade, trabalho, filhos, tristeza, vida...* Há um forte conteúdo emocional nos seus discursos. Isto nos faz lembrar a associação que se faz da violência com a “natureza humana violenta” nos discursos da categoria anteriormente analisada, a dos “institucionalizados”; nos quais, segundo suas compreensões, quem pratica a violência é naturalmente predestinado ou determinado para praticá-la. Ou seja, as pessoas destituídas de “humanização” ou desumanas, portanto, são excluídos das oportunidades de terem maiores investimentos públicos em projetos educativos formais dentro dos presídios ou cadeias espalhadas por todo o país. As experiências são ainda incipientes e tímidas.

Sequeira (2006) afirma:

Minha experiência me mostra que o crime é um ato humano, um ato predominantemente do homem comum. Portanto, não cabe o uso excessivo da psicopatologia; não acredito que tenhamos mil novos perversos ao mês em São Paulo. É fundamental humanizar o crime (LACAN, 1950/1998), deixar de colocá-lo como ato não humano, por mais cruel que seja o delito; seu autor é o homem, no exercício de sua humanidade, o que nos remete à produção histórica e social dos processos de subjetivação (670).

A proposição de Foucault (FOUCAULT 1999; 2004; MOTTA, 2006), quanto à vigilância e ao controle sobre os corpos e indivíduos, se faz presente em diversos momentos dos discursos dos presos, seja qual for o comportamento deles: quer quando se mostram dóceis e disciplinados diante de um controle que lhes tira a possibilidade de circular, de serem eles mesmos, quer quando reagem

àquilo que consideram uma violência injustificada que lhes é imputada pelo poder de polícia.

Assim, nessa categoria, salientamos as representações sociais sobre violência que permeiam a vida daqueles que violaram os direitos e as leis. É necessário evidenciar que essas representações sociais identificadas foram elaboradas no espaço/tempo próprio que configuram atualmente as suas vivências, mas evidenciamos também que as suas histórias de vida trazem marcas de sujeitos que viveram cotidianamente sob a violação de seus direitos e das mesmas leis que hoje transgridem. Isso traz à tona a necessidade de refletirmos acerca da relação entre violência, crime e modelo de sociedade que vivemos. Não podemos simplificar nem usar os conteúdos reducionistas presentes no engodo ideológico de que os presos ou condenados são *monstros* e de que os *criminosos* são o exemplo da estrutura de personalidade perversa. Precisamos caminhar mais, ir além do discurso pronto sobre o transgressor da lei e ir além dos preconceitos, a fim de possibilitar uma intervenção real nos problemas que “permeiam” a produção da criminalidade e da violência no nosso país, estado e microrregião.

Esta é uma posição política e, portanto, também humana, cuja produção histórica, social e cultural pode ser perfeitamente reescrita. À espera dos confortos e milagres de Deus, conforme acentuamos como elemento presente nas representações sociais dos presos e presas, estas salientam bem a ausência dos laços sociais e de ações concretas e educativas de homens e mulheres que deveriam dar sustentação à vida de todos nós, sujeitos atores e autores. Essas ações, por serem frágeis ou inexistentes, não garantem valores mínimos de pertencimento e filiação. Assim, ser filho de Deus e merecedor de vida digna e justiça somente no plano divino parecem ser um caminho mais seguro e bem mais fácil de acreditar!

Algumas considerações necessárias

Nosso estudo evidenciou discursos representacionais que contribuem para o aprofundamento das reflexões em torno da segurança e a atribuição dos sentidos para a educação formal dos sujeitos en-

volvidos, tomando-se como contexto e referência a microrregião de Senhor do Bonfim, no semi-árido baiano, norte do estado da Bahia. Percebe-se que as Representações Sociais são contidas em contextos específicos (os representantes oficiais, os intermediários entre o oficial e a sociedade e os

presos), que ressaltam idéias, valores e juízos nuanceados nas falas analisadas e nos convidam para a ampliação do debate sobre a temática como condição e proposição para o enfrentamento da violência que transita, sem distinção, nos vários cenários estudados.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Afiliada, 1981.
- ARENDT, H. **As origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990
- _____. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- CASTRO, M. M. P. Ciranda do medo. **Revista USP**, São Paulo, n. 9, p. 57-64, 1991.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- CHESNAIS, J. C. A violência no Brasil: causas e recomendações políticas para a sua prevenção. **Ciência Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p.53-69, 1999.
- ESPINHEIRA, G. Sociabilidade e violência na vida cotidiana em Salvador, Bahia, **Análise & Dados**. Salvador, SEI., v. 11, n. 1, p. 08-16, jun. 2001.
- FERRAZ, S. M. T. **Arquitetura da violência: quem tem medo de que e de quem nas cidades brasileiras contemporâneas?** Rio de Janeiro: FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1999.
- _____. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- JODELET, D. Représentations sociales: phénomènes, concept et théorie. In: MOSCOVICI, Serge (Dir.). **Psychologie sociale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1984. p. 357-378.
- JODELET, D. (Dir.). **Les représentations sociales**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989a. (Sociologie d'aujourd'hui)
- JODELET, D. (Org.). **As Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001
- JODELET, D. **Folies et représentations sociales**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989b. (Sociologie d'aujourd'hui)
- MINAYO M. C. S. Violência, direitos humanos e saúde. In CANESQUI, A.M. (Org). **Ciências sociais e saúde**. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1997. p. 247-260.
- MINAYO M. C. de S. A violência social sob a perspectiva de saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, v. 10, 1, p.7-18, 1994. Suplemento.
- MINAYO, M. C. de S.; SOUZA, E. R. de. É possível prevenir a violência: reflexões a partir do campo da saúde pública. **Ciência saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p.7-23, 1999 .
- MOSCOVICI, S. **A representação social e a psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978
- MOSCOVICI, S., HEWTONE, M. De la science au sens commun. In: MOSCOVICI, S. **Psychologie sociale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1984. p. 539-566.
- MOTTA, M. B. de (Org.). **Michel Foucault: estratégia, poder-saber**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- NJAINE, K, SOUZA, E. R. de; MINAYO, M. C. de S. et al. A produção da (des)informação sobre violência: análise de uma prática discriminatória. **Cadernos de Saúde Pública**, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, v. 13, n. 3, p.405-414, jul/set. 1997,

PINO, A. Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 763-785, out. 2007. Número especial.

SANTOS, T.; DIDONET, B.; SIMON, C. A palavra e o gesto emparedados: a violência na escola. In: Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre (Org.). **Violência não está com nada**. Porto Alegre, Secretaria Municipal de Educação, 1998.

SEQUEIRA, V. C. Uma vida que não vale nada: prisão e abandono político-social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 26, n. 4, p.660-671, dez., 2006.

TAVARES, G. M. ; MENANDRO, P. R. M. Atestado de exclusão com firma reconhecida: o sofrimento do presidiário brasileiro. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 24, n. 2, p.86-99, jun., 2004.

WASELFISZ, J. **Mapa da Violência**: os jovens do Brasil. Relatórios de: 1998, 2000, 2002, 2004. Brasília: UNESCO, [19...].

ZALUAR, A; NORONHA, J. C. de; ALBUQUERQUE C. Violência: pobreza ou fraqueza institucional? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, n.1, p. 213-217, 1994. Suplemento.

ZALUAR, A. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.13, n.3, p.1-3, jul./set., 1999.

*Recebido em 20.05.09
Aprovado em 20.06.09*